

## Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTÉA

LEI N° 054/98 DE 26 DE MARÇO DE 1998

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 42° DA LEI 0017/97 DE 13 DE MARCO DE 1997 E ICLUI A OBRIGATORIEDADE DE RECOLHIMENTO AO FUNDO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES, DOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA, QUE PASSAM A SER CONSIDERADOS EMPREGADOS DO MUNICÍPIO.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1° - O artigo 42° da lei n 0017/97, de 13 de março de 1997, passa ter a seguinte redação:

Fica instituída a obrigatoriedade de contribuição e recolhimento para o FUNDO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES, dos agentes políticos do Município de Zortéa, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, que passam a ser considerados empregados do Município, e contribuirão ao Fundo na forma estabelecida no Inciso I do artigo 27º da presente Lei.

Parágrafo único - Os demais dispositivos da Lei 0017/97 ficam inalterados, e aplicam-se em sua íntegra para os contribuintes do caput deste artigo.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de fevereiro do corrente ano.

Artigo 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Zortéa SC 26 de março de 1998.

ALCIDES MANTOVANI PREFEITO MUNICIPAL

JOÃO MARCELO GUAREZ PEREIRA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



## DECLARAÇÃO

A empresa Prefeitura Municipal de Zortéa, estabelecida na Rua Antonio Zortea Primo, n.º 10, inscrita no CGC(MF) sob o n.º 01.612.387/0001-08, declara para os devidos fins e efeitos legais, sob as penas da lei e, especialmente ao INSS <sup>1</sup> Instituto Nacional do Seguro Social, para fins de obtenção de CND - Certidão Negativa de Débito, que:

- ( ) Não possui filiais.
- (x) Não possui obras de construção civil, pendentes de regularização junto ao INSS.
- ( x) Não possui empregados regidos pela CLT, desde a instalação do Municipio em 01/01/1997, por ser regido pelo regime estatutário, Conforme Lei Municipal n.º 003/97, de 03/01/1997.

E por ser a expressão da verdade, assina a presente declaração.







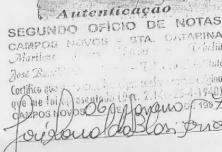


SEGUNDO OFICIO DE NOTAS
CARATORS MOVOS CTA CATATINA
Catatione

Just Rescul

Que la la catationa de la catation de caginal
que que la catationa de la catation de caginal
que que la catation de la catati





25.06.56

ALCIDES MANTEYA

CONTRIBUINTE

94 893 939 91

MONETANO DA RECEMA FEDERAL